

A evidenciação voluntária do capital intelectual: um estudo revisonista do contexto internacional

Autores

FERNANDO NITZ DE CARVALHO

Universidade Federal de Santa Catarina

SANDRA ROLIM ENSSLIN

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma investigação sobre o estado da pesquisa em evidenciação de Capital Intelectual (CI), no contexto internacional, por meio da análise de uma amostragem de vinte trabalhos empíricos publicados em diversos periódicos, entre o período de 2000 a 2005. O objetivo é verificar como os pesquisadores estão procedendo para mapear as formas de evidenciação de CI nas empresas. A relevância deste artigo, de caráter revisonista, é argumentada por propiciar a disponibilização de material teórico sobre o tema, sobretudo no que concerne a descrição e análise crítica dos procedimentos utilizados por estes pesquisadores. Visando oferecer uma contribuição tanto para a comunidade científica quanto para as empresas preocupadas em evidenciar - interna ou externamente - seu CI, apresenta-se um levantamento da metodologia de busca utilizada, uma identificação das variáveis examinadas e uma descrição da maneira como se dá a evidenciação. A seguir, é feita uma análise comparativa crítica dos artigos, para se traçar o comportamento teórico e metodológico da área, conforme manifestado nos estudos revisados. Os resultados apontam para (i) uma tendência à replicação de estudos baseados na técnica de "análise de conteúdo", adaptada por Guthrie e Petty (2000), para a investigação das manifestações de CI e para (ii) uma tendência a aceitar o framework de classificação de Sveiby (1997), no que se refere às categorias e elementos constituintes do CI.

Palavras-chaves: Capital Intelectual, evidenciação, contexto internacional.

1 INTRODUÇÃO

A literatura tem salientado o papel do Capital Intelectual (CI) como o principal agente de agregação de valor às organizações. Como tem demonstrado, aquelas organizações que evidenciam, mensuram e gerenciam o CI de forma efetiva acabam por ter uma vantagem competitiva, uma vez que conseguem identificar todos os ativos (tangíveis e intangíveis) à sua disposição, estando, portanto, em condições de fazer uso máximo de seu potencial. Considerando-se que o CI agrega valor à organização e aceitando-se sua existência como ativo intrínseco, seria de se esperar que as empresas se preocupassem em evidenciar seus intangíveis, em algum tipo de relatório complementar. Com vistas a examinar esta questão, este artigo tem como objetivo investigar a maneira como os pesquisadores da área estão procedendo para mapear as formas de evidenciação de CI nas empresas.

A preocupação sistematizada com CI teve início no eixo prático - no contexto organizacional - onde a iniciativa de evidenciação de CI é atribuída à companhia de seguros sueca, a Skandia, a qual publicou, em 1994, o primeiro relatório contemplando ativos intangíveis. O eixo teórico se seguiu a esta iniciativa prática, tendo a literatura sobre CI emergido em 1997, quando da divulgação das pesquisas pioneiras de Brooking (1996), Edvinsson e Malone (1997), Sveiby (1997 e 1998). Os primeiros anos de vida do CI constituem em uma experiência interessante, que pode inspirar tanto empresas preocupadas

em identificar, evidenciar, mensurar e gerenciar seus intangíveis, quanto pesquisadores interessados em sistematizar e estabelecer as bases para este campo disciplinar emergente.

Neste contexto, a relevância deste artigo reside na exposição de material teórico estruturado e analisado sobre o tema, por meio de uma descrição e análise crítica dos procedimentos utilizados por pesquisadores, em sua busca por manifestações de CI nas organizações. Acredita-se estar oferecendo uma contribuição tanto para a comunidade científica como para empresas preocupadas em evidenciar - interna ou externamente - seu CI.

No que se refere à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como um estudo revisionista; foram coletados vinte artigos referentes a evidenciação voluntária do CI onde foram analisados os seguintes países: Austrália, Irlanda, Holanda, Nova Zelândia, Itália, África do Sul, Canadá, Malásia, Japão, Estados Unidos, Sri Lanka, Turquia, França, Alemanha, Índia, Espanha, Grécia, Hong Kong, Suécia, Reino Unido e Portugal. O período de análise delimita-se com artigos publicados entre os anos de 2000 e 2005, sendo a amostra aleatória e não estatística, portanto não se permitindo inferir generalizações.

Os periódicos onde os artigos foram coletados são: Journal of Intellectual Capital, Accounting, Auditing & Accountability Journal, Academy of Management Journal, Journal of human resource costing and accounting, Review of Quantitative Finance and Accounting, Financial Management, The Learning Organization, Managerial Finance, Australian Accounting Review e os Anais do Congresso Internacional de Custos. Como principal limitação da pesquisa, destaca-se o número de artigos e periódicos analisados, pois diante do número de artigos, impossibilitam-se afirmações incisivas, apenas análise de tendências e perspectivas.

Pesquisas neste aspecto devem contribuir para sistematizar um modelo de evidenciação do CI, principalmente para os usuários externos da organização, como os acionistas, por possuírem informações extremamente limitadas. Os modelos propostos provavelmente não solucionaram todos os problemas de evidenciação do CI, mas um modelo que pondere um grau de flexibilidade, considerando-se as características de cada instituição, com um grau de comparabilidade, possibilitando auxiliar a tomada de decisão, com certeza trará grandes benefícios na transparência das organizações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de analisar as tendências sobre a evidenciação do CI no contexto internacional, buscaram-se artigos empíricos, resultantes de estudos feitos em diversos países e com um foco na evidenciação voluntária. A amostra comporta os seguintes autores: Guthrie e Petty (2000) – Austrália; Brennam (2001) – Irlanda; Van der Meer-Kooistra e Zijlstra (2001) – Holanda; Guthrie (2001) – Nova Zelândia; Bozzolan, Favotto e Ricceri (2003) – Itália; April, Bosma e Deglon (2003) – África do Sul; Bontis (2003) – Canadá; Goh e Lim (2004) – Malásia; Ordóñez de Pablos (2004) – Espanha; Mavridis (2004) – Japão; Chiang e Menah (2004) – Estados Unidos; Abeysekera (2004) Sri Lanka; Bozbura (2004) – Turquia; Vergauwen e Van Alem (2005) – Holanda, França e Alemanha; Ordoñez de Pablos (2005) – Índia; Gallego e Rodriguez (2005) – Espanha; Hevas (2005) – Grécia; Petty e Cuganesan (2005) – Hong Kong; Vandemaele, Vergauwen e Smits (2005) – Holanda, Suécia e Reino Unido; Gomes, Serra e Ferreira (2005) – Portugal. A amostra totaliza vinte artigos, no período entre 2000 e 2005, em diversos periódicos. A seguir, apresentam-se, no Quadro 1, os periódicos onde os artigos foram coletados:

Quadro 1: Periódicos onde os artigos foram coletados.

Índice	País Investigado	Periódico
1	Austrália	Journal of Intellectual Capital
2	Irlanda	Accounting, Auditing & Accountability Journal
3	Holanda	Accounting, Auditing & Accountability Journal
4	Nova Zelândia	Academy of Management Journal;
5	Itália	Journal of Intellectual Capital
6	África do Sul	Journal of Intellectual Capital
7	Canadá	Jornal of Human Resource Costing and Accounting
8	Malásia	Journal of Intellectual Capital
9	Espanha	Journal of Intellectual Capital
10	Japão	Journal of Intellectual Capital
11	Estados Unidos	Review of Quantitative Finance and Accounting
12	Sri Lanka	Financial Management
13	Turquia	The Learning Organization
14	Holanda, França e Alemanha	Journal of Intellectual Capital
15	Índia	Journal of Intellectual Capital
16	Espanha	Journal of Intellectual Capital
17	Grécia	Managerial Finance
18	Hong Kong	Australian Accounting Review
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	Journal of Intellectual Capital
20	Portugal	Congresso Internacional de Custos

Observa-se uma predominância de artigos do periódico *Journal of Intellectual Capital*. Tal fenômeno já era esperado, considerando-se que este periódico é especializado em temas relacionados a CI. Este fato pode ser visto como uma limitação da análise, pois a amostra aleatória concentra-se muito em um periódico o que prejudica os resultados. Outro ponto que poderia merecer crítica é o número de empresas investigadas em cada artigo analisado; com relação a este aspecto, ressalta-se que sendo os artigos empíricos, todos analisaram diversas organizações. A seguir, no Quadro 2, destaca-se o número de organizações investigadas em cada artigo:

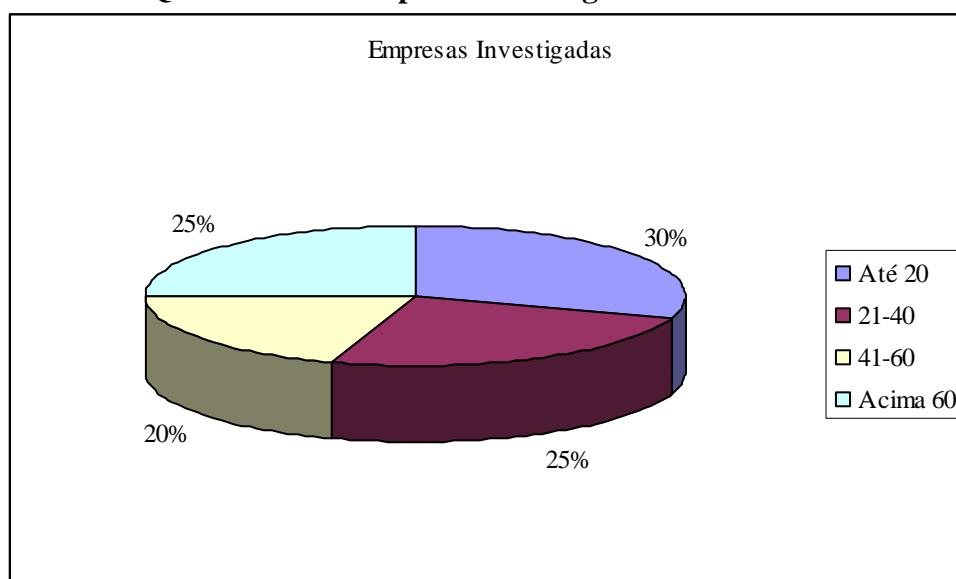
Quadro 2: Quantidade de empresas investigadas.

Índice	País Investigado	Ano de publicação	Empresas Investigadas
1	Austrália	2000	20 organizações
2	Irlanda	2001	11 organizações do conhecimento
3	Holanda	2001	03 empresas do conhecimento
4	Nova Zelândia	2001	164 organizações
5	Itália	2003	30 organizações
6	África do Sul	2003	30 organizações
7	Canadá	2003	10.000 organizações
8	Malásia	2004	20 organizações
9	Espanha	2004	03 organizações
10	Japão	2004	141 organizações financeiras
11	Estados Unidos	2004	54 empresas de software
12	Sri Lanka	2004	30 empresas do conhecimento
13	Turquia	2004	71 organizações
14	Holanda, França e Alemanha	2005	89 organizações
15	Índia	2005	03 organizações
16	Espanha	2005	39 organizações
17	Grécia	2005	55 organizações

18	Hong Kong	2005	53 organizações
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	2005	60 organizações
20	Portugal	2005	48 organizações

Para aprimorar a análise, os dados foram agrupados, sendo assim classificados: pesquisadores que investigaram até 20 empresas, entre 21 e 40 empresas, entre 41 e 60 empresas, e acima de 60 empresas. Ressalva-se que neste agrupamento, não se considerou o tipo de organização como no quadro acima, mas apenas a quantidade. Tal agrupamento é evidenciado no Gráfico 1:

Gráfico 1: Quantidade de empresas investigadas.



Conforme evidenciado no gráfico acima, destaca-se que a maioria das pesquisas analisadas (30%), investigou até vinte organizações. Entretanto, os resultados estão relativamente equilibrados entre todos os intervalos formulados. Além disso, pode-se afirmar que a quantidade de empresas está relacionada com a metodologia utilizada, por exemplo, pesquisadores que empregaram a análise de conteúdo como metodologia, investigam menos empresas que pesquisadores que se servem da análise de regressão, em geral.

3 RESULTADOS OBTIDOS

Neste tópico são analisados os seguintes aspectos: a fonte de dados utilizada pelo pesquisador, a metodologia empregada, a classificação de CI, a categoria de CI mais representativa, a natureza da evidenciação e para quem é importante reportar o CI. Na seqüência, no Quadro 3, apresenta-se a fonte de dados utilizada:

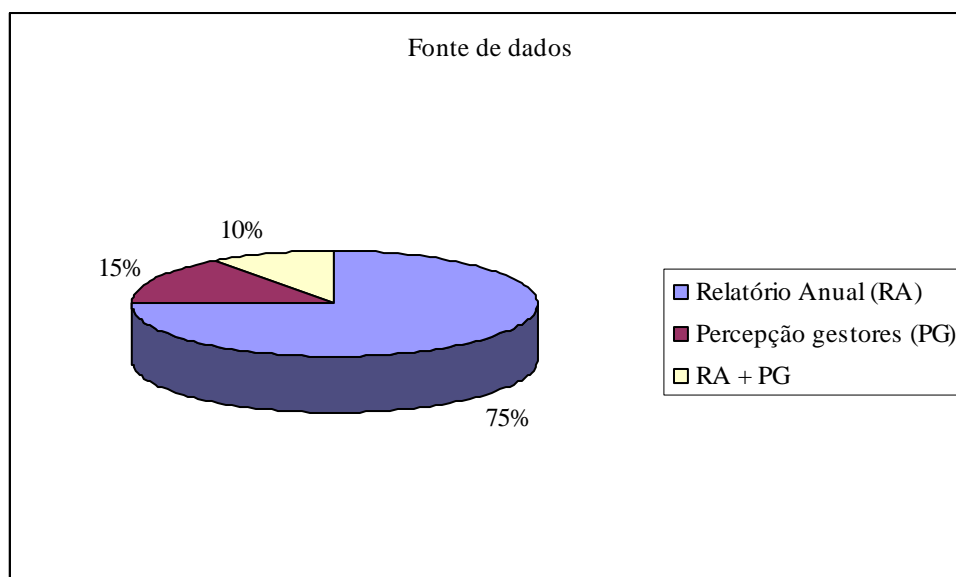
Quadro 3: Fonte de dados utilizada.

Índice	País Investigado	Ano de publicação	Fonte de dados utilizada
1	Austrália	2000	Relatório Anual da Organização
2	Irlanda	2001	Relatório Anual da Organização
3	Holanda	2001	Relatório Anual da Organização + Percepção dos gestores
4	Nova Zelândia	2001	Percepção dos gestores

5	Itália	2003	Relatório Anual da Organização
6	África do Sul	2003	Relatório Anual da Organização + Percepção dos gestores
7	Canadá	2003	Relatório Anual da Organização
8	Malásia	2004	Relatório Anual da Organização
9	Espanha	2004	Relatório Anual da Organização
10	Japão	2004	Relatório Anual da Organização
11	Estados Unidos	2004	Relatório Anual da Organização
12	Sri Lanka	2004	Relatório Anual da Organização
13	Turquia	2004	Percepção dos gestores
14	Holanda, França e Alemanha	2005	Relatório Anual da Organização
15	Índia	2005	Relatório Anual da Organização
16	Espanha	2005	Percepção dos gestores
17	Grécia	2005	Relatório Anual da Organização
18	Hong Kong	2005	Relatório Anual da Organização
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	2005	Relatório Anual da Organização
20	Portugal	2005	Relatório Anual da Organização

Apenas com a observação do quadro apresentado já se identifica a predominância do relatório anual da organização como fonte de dados. Entretanto, para quantificar esta predominância, elaborou-se um gráfico:

Gráfico 2: Fonte de dados utilizada.



No gráfico apresentado, em 70% dos trabalhos utilizou-se apenas o relatório anual como fonte de dados da pesquisa, provavelmente pela facilidade de acesso. Em 15% dos trabalhos utilizou-se a percepção dos gestores, o que pode ser explicado pela dificuldade de obter respostas em questionários ou entrevistas; em 10%, foram combinadas as duas fontes de dados, originando-se trabalhos provavelmente mais holísticos, mas com menor amplitude e maior dificuldade na coleta dos dados. Outro aspecto relevante é a metodologia utilizada na pesquisa, destacada no Quadro 4.

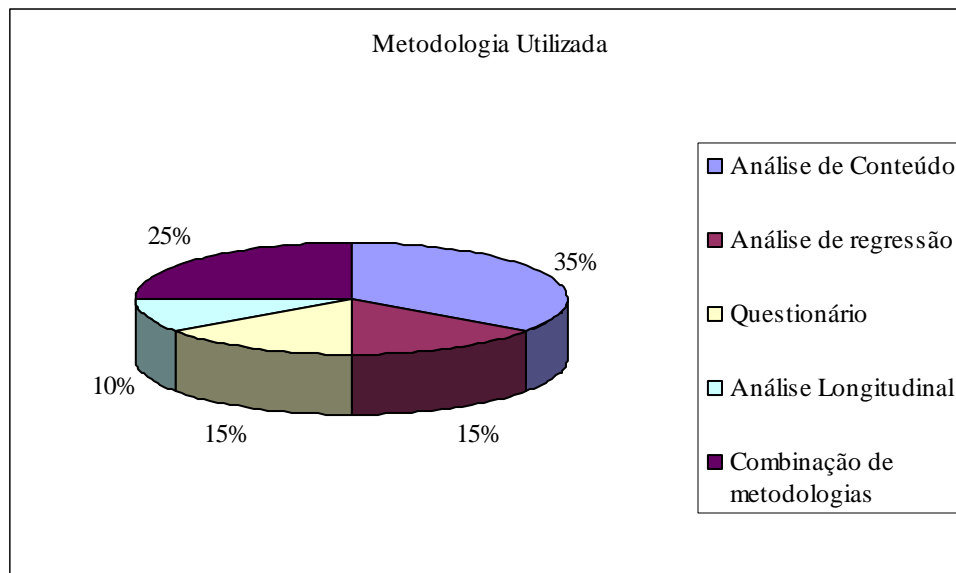
Quadro 4: Metodologia utilizada.

Índice	País Investigado	Ano de publicação	Metodologia
1	Austrália	2000	Análise de Conteúdo

2	Irlanda	2001	Análise de Conteúdo
3	Holanda	2001	Revisão da literatura, “Brainstorming”, Entrevistas
4	Nova Zelândia	2001	Questionário
5	Itália	2003	Análise de Conteúdo e Análise de Regressão
6	África do Sul	2003	Análise de Conteúdo, Entrevistas e Questionários
7	Canadá	2003	Análise de Conteúdo
8	Malásia	2004	Análise de Conteúdo
9	Espanha	2004	Análise Longitudinal
10	Japão	2004	Análise de Regressão
11	Estados Unidos	2004	Análise de Regressão
12	Sri Lanka	2004	Análise de Conteúdo
13	Turquia	2004	Questionário
14	Holanda, França e Alemanha	2005	Análise de Conteúdo
15	Índia	2005	Estudo Longitudinal
16	Espanha	2005	Questionário
17	Grécia	2005	Análise de Regressão
18	Hong Kong	2005	Análise de Regressão e Análise Longitudinal
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	2005	Análise de Conteúdo e Estudo Longitudinal
20	Portugal	2005	Análise de Conteúdo

Da mesma forma procedida anteriormente, os dados foram agrupados em um gráfico para facilitar a análise. Na seqüência evidencia-se o Gráfico 3, onde se destaca qual metodologia é mais empregada:

Gráfico 3: Metodologia Utilizada.



Pode-se perceber que a análise de conteúdo é a metodologia mais empregada para pesquisar a evidência do CI. Uma possível explicação para isso reside na dificuldade de mensuração: muitas vezes, analisam-se dados qualitativos dos relatórios, para o que a análise de conteúdo oferece um bom arcabouço de ferramentas. Uma outra metodologia comumente utilizada é a combinação dos métodos: muitas vezes, a análise de conteúdo também fornece subsídios. Quando utilizada somente a análise de regressão, os estudos normalmente limitam-se a gastos com pesquisas, com treinamento ou indicadores financeiros, sendo tal análise do CI de uma organização necessariamente reducionista.

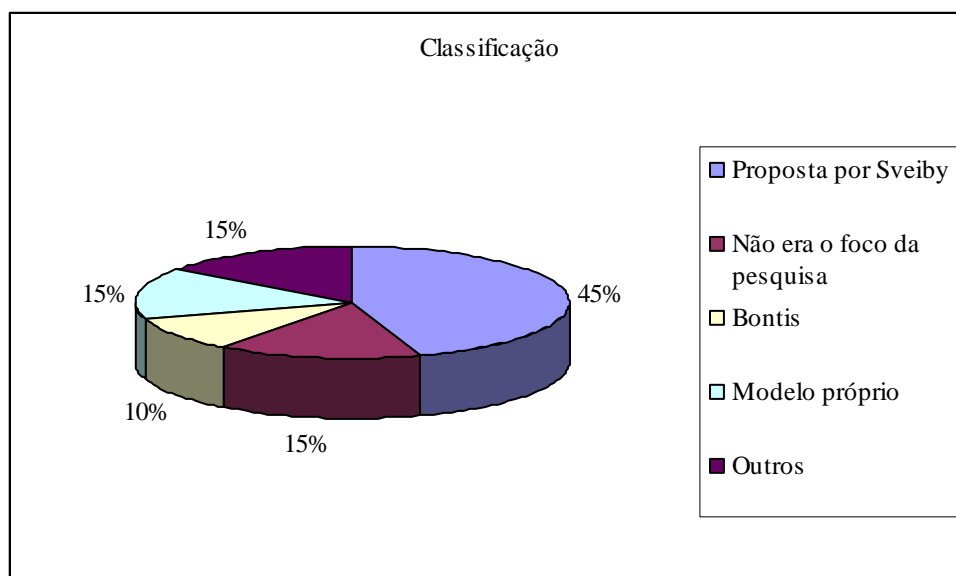
Entretanto, não existe um consenso sobre o conceito de CI e diferentes autores apresentam arcabouços, grupos e elementos diversos. Portanto, dependendo do teórico cujo *framework* é utilizado, a análise pode variar consideravelmente, sendo este ponto, portanto, um aspecto fundamental na análise. Na seqüência, apresenta-se, no Quadro 5, a classificação utilizada por cada pesquisador:

Quadro 5: Classificação de CI utilizada.

Índice	País Investigado	Classificação
1	Austrália	Proposta por Sveiby (1997)
2	Irlanda	Proposta por Sveiby (1997)
3	Holanda	Categorias do modelo "Skandia" (1997) e elementos do modelo "Danish"(1997)
4	Nova Zelândia	Não era o foco da pesquisa
5	Itália	Proposta por Sveiby (1997) + FASB
6	África do Sul	Proposta por Sveiby (1997)
7	Canadá	Modelo próprio
8	Malásia	Proposta por Sveiby (1997)
9	Espanha	Modelo próprio
10	Japão	Proposta pelo Centro de Pesquisa do CI da Austrália
11	Estados Unidos	Não era o foco da pesquisa
12	Sri Lanka	Proposta por Sveiby (1997)
13	Turquia	Proposto por Bontis (1998)
14	Holanda, França e Alemanha	Proposto por Bontis (2002)
15	Índia	Não era o foco da pesquisa
16	Espanha	Modelo próprio
17	Grécia	Proposta por Sveiby (1997)
18	Hong Kong	Proposta por Sveiby (1997)
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	Proposta por Sveiby (1997)
20	Portugal	Proposta por Sveiby (1997)

Percebe-se, claramente, uma predominância do modelo proposto por Sveiby (1997). O modelo divide o CI em três grupos: Capital Interno, Capital Humano e Capital Externo. Este *framework* inicial foi adaptado por Guthrie e Petty (2000) e seguido por uma série de pesquisas posteriores, que utilizaram a análise de conteúdo. Destaca-se esse resultado no Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4: Classificação de CI empregada.



Observe-se que 45% dos trabalhos analisados utilizaram a classificação proposta por Sveiby (1997); em 15% dos trabalhos, não houve este foco de pesquisa; em 10%, a classificação de Bontis foi utilizada e o restante, ou criou um modelo próprio de análise ou utilizou outros modelos, com frequência observada em apenas um trabalho.

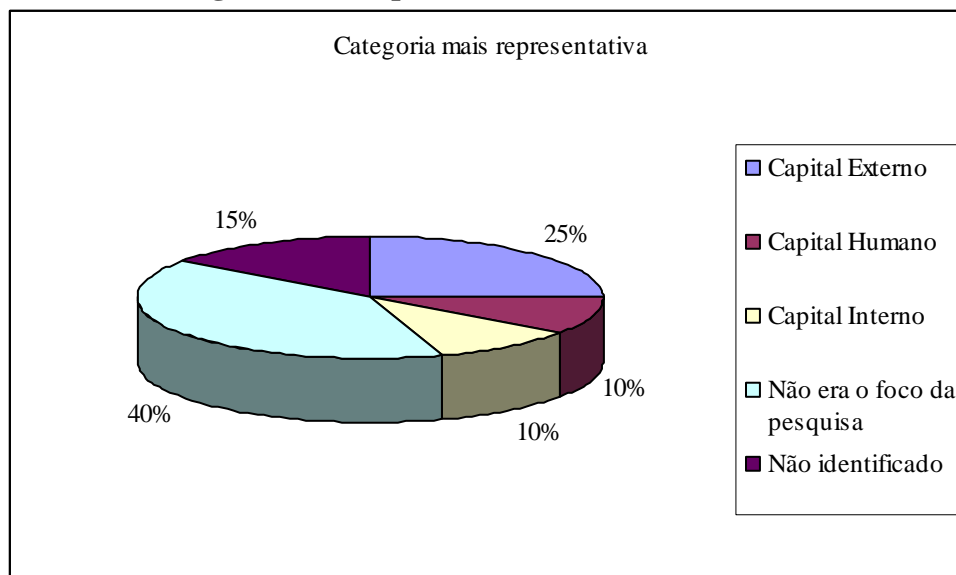
No modelo proposto por Sveiby, o CI é dividido em três grupos: o Capital Interno corresponde às tecnologias e processos empregados; o Capital Externo corresponde, principalmente, ao relacionamento com os clientes; e o capital humano corresponde às competências e habilidades dos colaboradores. Portanto, em vários trabalhos, ocorrem confrontos entre quais categorias são mais evidenciadas, mais representativas, como se apresenta no Quadro 6:

Quadro 6: Categoria mais representativa.

Índice	País Investigado	Categoria mais representativa
1	Austrália	Capital Externo
2	Irlanda	Capital Externo
3	Holanda	Não era o foco da pesquisa
4	Nova Zelândia	Não era o foco da pesquisa
5	Itália	Capital Externo
6	África do Sul	Capital Externo
7	Canadá	Não identificado
8	Malásia	Capital Externo
9	Espanha	Não era o foco da pesquisa
10	Japão	Não era o foco da pesquisa
11	Estados Unidos	Não era o foco da pesquisa
12	Sri Lanka	Capital Humano
13	Turquia	Não era o foco da pesquisa
14	Holanda, França e Alemanha	Não identificado
15	Índia	Não era o foco da pesquisa
16	Espanha	Capital Humano
17	Grécia	Não era o foco da pesquisa
18	Hong Kong	Capital Interno
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	Não Identificado
20	Portugal	Capital Interno

Novamente, com a finalidade de facilitar a análise, agruparam-se os dados em um gráfico, onde se pode observar, dentro das três categorias (Capital Externo, Capital Humano e Capital Interno) qual evidenciou-se com maior representatividade.

Gráfico 5: Categoria mais representativa.



No Gráfico 5, pode-se observar que, entre os trabalhos que identificaram uma das três categorias, o Capital Externo obteve 25%, ou seja, as informações sobre os clientes e mercados estão sendo mais evidenciadas pelas companhias do que as informações sobre os funcionários, conhecimentos, processos e tecnologias. Um aspecto interessante é a influência da metodologia no resultado, pois normalmente por meio de questionários, os resultados apontam o Capital Humano como mais representativo; já pela análise de conteúdo, o Capital Externo é salientado.

O próximo ponto analisado se refere à natureza da evidenciação do CI. Esta pode se dar em tom narrativo – qualitativo - onde se discorre sobre os elementos do CI; ou pode se dar em termos quantitativos - monetários ou não - onde são apresentados números que tentam, de alguma forma, mensurar o CI ou alguma parte dele. Os resultados dessa análise são destacados no Quadro 7:

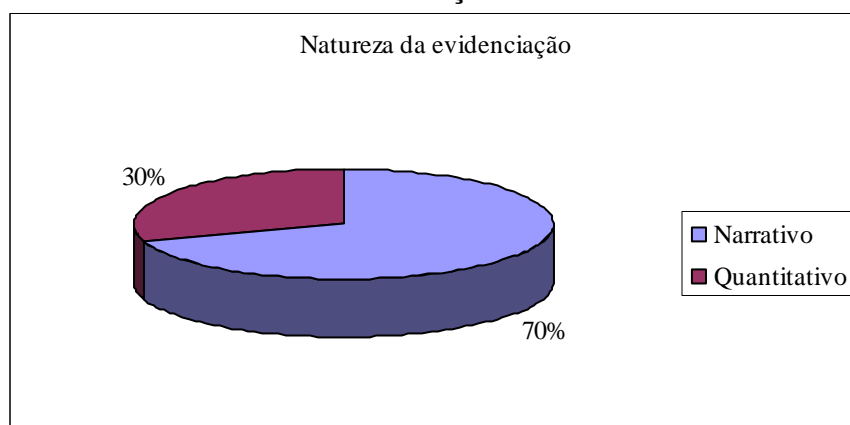
Quadro 7: Natureza da evidenciação.

Índice	País Investigado	Natureza da evidenciação
1	Austrália	Narrativo
2	Irlanda	Narrativo
3	Holanda	Quantitativo
4	Nova Zelândia	Quantitativo
5	Itália	Narrativo
6	África do Sul	Narrativo
7	Canadá	Narrativo
8	Malásia	Narrativo
9	Espanha	Quantitativo
10	Japão	Quantitativo
11	Estados Unidos	Quantitativo
12	Sri Lanka	Narrativo

13	Turquia	Narrativo
14	Holanda, França e Alemanha	Narrativo
15	Índia	Narrativo
16	Espanha	Quantitativo
17	Grécia	Narrativo
18	Hong Kong	Narrativo
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	Narrativo
20	Portugal	Narrativo

Ressalta-se que, apesar de a Contabilidade ser uma ciência que lida, primordialmente, com números e está, portanto, habilitada a desenvolver processos de mensuração quantitativa, quando se trata de CI, tal tarefa parece ser de difícil execução. A grande maioria das evidenciações do CI se dá de maneira mais qualitativa, em tons narrativos, seja de uma perspectiva geral (o CI como um todo) ou de uma perspectiva pontual (explorando os elementos do CI). Conforme apontam os resultados, as tentativas de mensuração evidenciadas pelas organizações ainda são incipientes. Tal análise é corroborada no Gráfico 6:

Gráfico 6: Natureza da evidenciação



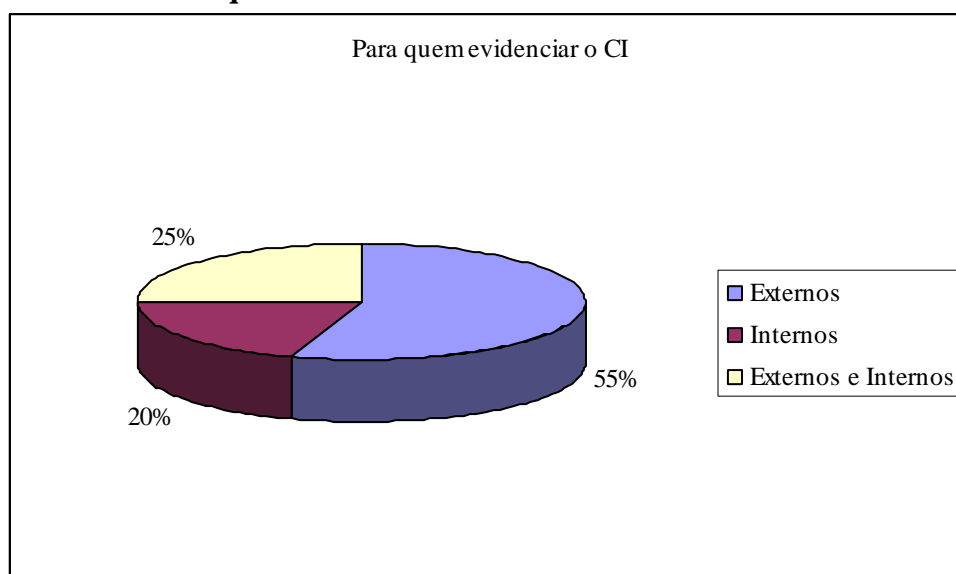
No gráfico exposto, observa-se que, nos trabalhos analisados, 70% da natureza da evidenciação do CI é em tom narrativo, principalmente no relatório da administração, onde, através de redações, os ativos intangíveis da instituição são evidenciados. Nos trabalhos em que a natureza da evidenciação quantitativa prevalece, são trabalhados, apenas, alguns elementos, sejam gastos com treinamento, sejam gastos com pesquisa e desenvolvimento, ou os indicadores, por exemplo, a relação do valor de mercado e o valor contábil. Assim, a evidenciação de CI, como um todo, acaba por ficar comprometida.

Nos artigos investigados, alguns autores concluem que o CI deve ser evidenciado principalmente para os usuários externos; outros autores argumentam que o CI só deve ser evidenciado para os usuários internos; ainda um terceiro grupo destaca que o CI tem que ser transparente para usuários internos e externos. Esses dados estão expostos no Quadro 8:

Quadro 8: Para quem reportar o CI.

Índice	País Investigado	Para quem reportar o CI
1	Austrália	Usuários externos
2	Irlanda	Usuários externos
3	Holanda	Usuários internos e externos
4	Nova Zelândia	Usuários internos
5	Itália	Usuários externos
6	África do Sul	Usuários internos e externos
7	Canadá	Usuários externos
8	Malásia	Usuários externos
9	Espanha	Usuários internos e externos
10	Japão	Usuários internos
11	Estados Unidos	Usuários internos
12	Sri Lanka	Usuários externos
13	Turquia	Usuários internos
14	Holanda, França e Alemanha	Usuários internos e externos
15	Índia	Usuários externos
16	Espanha	Usuários internos e externos
17	Grécia	Usuários externos
18	Hong Kong	Usuários externos
19	Holanda, Suécia e Reino Unido	Usuários externos
20	Portugal	Usuários externos

O principal argumento dos autores que argumentam em favor da evidenciação de CI apenas para os usuários internos é calcado em um elemento estratégico: há o risco de uma informação evidenciada ser utilizada pelos concorrentes. Já os que argumentam em favor da evidenciação de CI para os usuários externos se baseiam na premissa de que os usuários internos já possuem um conhecimento razoável dos ativos intangíveis. O que não ocorre com os acionistas, o que dificulta as decisões de investimento. O terceiro grupo argumenta que o CI das organizações ainda é uma lacuna e, face à sua importância, este deve ser reportado para os usuários externos e internos. Os resultados são apresentados no Gráfico 7:

Gráfico 7: Para quem evidenciar o CI.

No Gráfico 7, identifica-se que 55% dos autores argumentam ser importante a evidenciação do CI para os usuários externos; em 25% das pesquisas, os autores enfatizam a importância do reporte para os usuários externos e internos e em 20% dos artigos analisados, os pesquisadores asseveram que os ativos intangíveis devem ser apenas reportados para os usuários internos, como uma informação gerencial e limitada.

Na percepção dos autores do presente artigo, a evidenciação do CI deve ser ampliada para os usuários internos e externos, pois ambos necessitam desta informação para a tomada de decisão; ressalta-se que a empresa que visa reportar o CI mostra-se com transparência e comprometimento com os acionistas, fornecedores, financiadores e clientes.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa apresentou os resultados de uma investigação de caráter revisionista sobre o estado da pesquisa em evidenciação voluntária de Capital Intelectual (CI), no contexto internacional, por meio da análise de uma amostragem de vinte trabalhos empíricos publicados em diversos periódicos, entre o período de 2000 a 2005, com o objetivo de verificar como os pesquisadores estão procedendo para mapear as formas de evidenciação de CI nas empresas.

A importância torna-se clara na medida que se observa que o real valor de uma empresa não se limita a seus ativos tangíveis - tijolos, argamassa e máquinas – mas, principalmente, refere-se a seus ativos intangíveis – experiência dos colaboradores, espírito empreendedor dos colaboradores/gestores, tecnologias, procedimentos, carteira de clientes e a marca da organização. Frente a isto, a informação contábil não se pode limitar aos aspectos tangíveis, sob risco de não reportar o que, efetivamente, está agregando valor. Portanto, espera-se que as empresas busquem evidenciar os ativos intangíveis, de alguma forma, para seus usuários, o que constituiu o foco das pesquisas analisadas: investigar como os pesquisadores estão procedendo para mapear as formas de evidenciação de CI nas empresas investigadas.

Alguns elementos específicos foram analisados: país investigado, ano de publicação, periódico, quantidade de empresas investigadas, fonte de dados utilizada, metodologia empregada, classificação de CI adotada, categoria mais representativa, natureza da evidenciação e para quem reportar o CI. Sobre esses elementos, dentro do grupo dos artigos analisados, as conclusões são as seguintes:

- Quantidade de empresas investigadas: predomina nas pesquisas tendência a investigar até 20 empresas; entretanto, a metodologia empregada pode afetar a decisão.
- Fonte de dados utilizada: principalmente os relatórios anuais das companhias, provavelmente pela facilidade de acesso.
- Metodologia empregada: análise de conteúdo, de forma individual; entretanto, também é utilizada em combinação com outras metodologias.
- Classificação de CI adotada: foi a proposta por Sveiby: percebeu-se que o primeiro trabalho listado, da Austrália, adaptou esta proposta e uma série de pesquisadores seguiram essa adaptação.
- Categoria mais representativa: dos trabalhos que utilizaram a divisão em Capital Interno, Externo e Humano, a categoria mais representativa foi o Capital Externo;

entretanto, esse resultado parece ser influenciado pela metodologia adotada pelo pesquisador.

- Natureza da evidenciação: a maior parte da evidenciação do CI continua em tom narrativo - vários autores reforçam a importância da construção de um modelo de mensuração que permita a comparação entre as empresas e a flexibilidade para as peculiaridades das instituições.
- Para quem reportar o CI: na maioria dos trabalhos analisados reforça-se a importância do reporte do CI para os usuários externos, considerando-se que possuem informações limitadas e os conhecimentos sobre o CI é relevante para a tomada de decisão.

Sobre o tópico CI, encontra-se um vasto campo de oportunidades para futuras pesquisas, principalmente na América Latina, onde inúmeros estudos aplicados com sucesso no resto do mundo podem ser replicados. Como recomendações para novas pesquisas, destacam-se: utilizar a análise de conteúdo para investigar a evidenciação do CI nos relatórios anuais das companhias em países ainda não pesquisados; comparar resultados de pesquisas entre diferentes países para identificar influências culturais na evidenciação do CI; e buscar a construção de um modelo ou um *framework* básico para mensuração e evidenciação do CI pelas organizações, que respeite suas características individuais, permitindo, entretanto, a comparação entre elas.

REFERÊNCIAS

- ABEYSEKERA, Indra. **IC eye**. *Financial Management*; May 2004. p. 28-29.
- APRIL, Kurt A.; BOSMA, Paul; DEGLON, A Dave. **IC measurement and reporting: establishing a practice in AS mining**. *Journal of Intellectual Capital*. Bradford: 2003 Vol. 4. N. 2. p. 165-180.
- BOZZOLAN, Saverio; FAVOTTO, Francesco; RICCERI, Federica. **Italian annual intellectual capital disclosure: an empirical analysis**. *Journal of Intellectual Capital*. Bradford: 2003. Vol. 4, N. 4; p. 543-558.
- BONTIS, N. **IC Disclosure in Canadian Corporations**. *Journal of Human Resource Costing & Accounting*. McMaster University: Hamilton, April 14, 2002.
- BOZBURA, F Tunc. **Measurement and application of intellectual capital in Turkey**. *The Learning Organization*. 2004. Vol.11. N. 4/5. p. 357-367.
- BRENNAN, Niamh. **Reporting intellectual capital in annual reports: Evidence from Ireland**. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. Bradford: 2001. Vol. 14, N. 4; p. 423-437
- BROOKING, a. **Intellectual Capital: Core Asset for the Third Millennium Enterprise**. Thomson Business Press. London: 1996.
- CHEN GOH, Pek; PHENG LIM, Kwee. **Disclosing intellectual capital in company annual reports: Evidence from Malaysia**. *Journal of Intellectual Capital*. Bradford: 2004. Vol. 5, N. 3; p. 500-511.
- CHIANG, C. Catherine; MENSAH, Yaw M. **The Determinants of Investor Valuation of R&D Expenditure in the Software Industry**. *Review of Quantitative Finance and Accounting*. Jun, 2004. Vol. 22. N. 4. pg. 293-313.

- EDVINSSON, L; MALONE, M. **Capital Intellectual**. São Paulo: Makron Books, 1997.
- GALLEGO, Isabel; RODRÍGUEZ, Luis. **Situation of intangibles assets in Spanish firms: an empirical analysis**. . Journal of Intellectual Capital. Bradford: 2005(a). V. 6. N. 1. p. 105-126.
- GOMES, Patrícia; SERRA, Sara; FERREIRA, Elisabete. **Medida e divulgação do capital intelectual: as empresas portuguesas cotadas na Euronext**. IX Congresso Internacional de Custos - Florianópolis, SC, Brasil - 28 a 30 de novembro de 2005.
- GUTHRIE, James; PETTY, Richard. **Intellectual capital: Australian annual reporting practices**. Journal of Intellectual Capital. Bradford: 2000. Vol. 1. N. 3. p. 241-250.
- GUTHRIE, James. **High-involvement work practices, turnover, and productivity: Evidence from New Zealand**. *Academy of Management Journal*; Feb 2001; 44, 1; pg. 180-190
- HEVAS, Dimosthenis L. **The Value Relevance of Start Up Costs and Other Balance Sheet Items: Some Greek evidence**. Managerial Finance. 2005. Vol. 31. N.2. p. 55-65.
- MAVRIDIS, Dimitrios G. **The intellectual capital performance of the Japanese banking sector**. Journal of Intellectual Capital. 2004; Vol. 5. n.1. p. 92-115.
- MEER-KOOISTRA, Jeltje van der; ZIJLTRA, Siebren M. **Reporting on intellectual capital**. Accounting, Auditing & Accountability Journal. Bradford: 2001. Vol. 14, N. 4; p. 456-476
- PABLOS, Patrícia Ordonez de. **Organizational learning and knowledge strategies: the case of Spanish firms**. Journal of Intellectual Capital. . Bradford: 2004. V.5. N.1. p. 116-129.
- PABLOS, Patrícia Ordonez de. **Intellectual capital reports in India: lessons from a case study**. Journal of Intellectual Capital. . Bradford: 2005. V.6. N.1. p. 141-149
- PETTY, Richard; CUGANESAN, Suresh. **Voluntary disclosure of intellectual capital by Hong Kong companies: examining size, industry and growth effects over time**. Australian Accounting Review; Jul 2005; Vol.15.N. 2. p. 40-50.
- SVEIBY, Karl E. **The New Organization Wealth: Managing and Measuring Knowledge Based Assets**. Berrett Kohler : São Francisco, 1997.
- SVEIBY, Karl E. **A nova riqueza das organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- VANDEMAELE, S. N.; VERGAUWEN, P. G. M. C.; SMITS A J, **Intellectual capital disclosure in The Netherlands, Sweden and the UK: A longitudinal and comparative study**. Journal of Intellectual Capital. 2005. Vol. 6. N. 3. p. 417-426.
- VERGAUWEN, P. G. M. C; ALEM, F. J. C. **Annual report IC disclosure in the Netherlands, France and Germany**. Journal of Intellectual Capital. . Bradford: 2005. V. .6. N. 1. p. 89-104.